

ADAIANE SOARES DA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E NUCLEAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR  
DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GOIXIM**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Ms Cecília Maria Ghedini

CURITIBA

2007

Ao meu companheiro Rogério, pelo apoio,  
carinho e confiança. A Anita presente de Deus,  
símbolo de alegria e esperança.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao MST pela oportunidade de fazer este curso, que representa uma conquista dos movimentos sociais do campo.

A todos que me auxiliaram neste percurso em especial a minha família, pai e mãe, sogro e sogra, cunhados e todos que estiveram ao meu lado.

A Cecília que se mostrou uma grande amiga e uma pessoa especial na minha vida, com quem aprendi bastante.

Aos meus colegas que me ensinaram muito.

## RESUMO

Este trabalho foi feito a partir de uma pesquisa desenvolvida no Assentamento Vinte e Nove de Agosto, localizado no município de Goioxim-Pr, e procurou construir uma análise sobre a contribuição do processo de nucleação para o avanço da Educação do Campo em assentamentos da reforma agrária. Os sujeitos pesquisados foram crianças assentadas, educadoras, secretária de educação municipal, pais, mães e lideranças do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entende-se aqui *Educação* como processo de formação humana e *Campo* como espaço de vida, para além das questões geográficas.

A nucleação consiste no desativamento de algumas escolas consideradas pequenas e o envio dos educandos para uma escola maior, o núcleo. No município de Goioxim essa discussão iniciou-se a cerca de três anos, faz parte do plano diretor municipal.

Na busca de compreender se nucleação pode contribuir para a Educação do Campo, este estudo encontrou vários elementos que fizeram refletir e chegar as seguintes conclusões: a nucleação para o segundo segmento do Ensino Fundamental é inevitável, dadas as condições atuais do desenvolvimento do campo, sendo assim, ela se coloca como uma das possibilidades para potencializar um projeto de desenvolvimento e Educação do Campo fazendo-o avançar na medida em que, os educandos não precisem mais sair do campo para estudar, os educadores passem a constituir um coletivo visando um aprofundamento e melhor definição das práticas educativas na perspectiva da Educação do Campo. Destes elementos destaca-se ainda a organização de uma nova forma de gestão da escola, possibilitando uma gestão democrática, garantindo então a implementação da pedagogia dos movimentos sociais.

Considerou também ser esta tarefa de estudo e implementação da Educação do Campo aliada à nucleação, um desafio contínuo, que faz parte também de um projeto de vida e de sociedade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1 A NUCLEAÇÃO NO GOIOXIM</b> .....	10
1.1 Conceituação Teórica.....	10
1.2 Elementos históricos da nucleação no município de Goioxim .....	12
1.3 Concepção de Educação no MST.....	15
1.4 A Educação do Campo e a Educação do MST.....	18
1.5 A Educação, escola e sua relação e desenvolvimento.....	18
<b>2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS</b> ....	25
2.1 Breve Histórico da Educação do Campo.....	25
2.2 Caminhos Possíveis.....	28
2.2.1 Formação de Educadores.....	28
2.2.2 Coletivo de Educadores e Gestão Escolar.....	31
2.2.3 Relação escola comunidade.....	33
2.2.3 Ensino Básico e a Nucleação.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	39
<b>ANEXOS</b> .....	41
Anexo I .....	41
Anexo II .....	42
Anexo III .....	43
Anexo IV .....	44
Anexo V .....	45

## INTRODUÇÃO

*“O simples acesso a escola  
é condição necessária mas não suficiente  
para tirar das sombras do esquecimento social  
milhões de pessoas cuja existência  
só é reconhecida nos quadros estatísticos”. (MÉSZÁROS.)*

Sei que existem pontos de vista diferentes sobre as questões de educação, inclusive a educação do campo e a nucleação. Mas considerando a minha trajetória por falta de tempo e por opção, neste trabalho, menciono somente os que desenvolveram seu raciocínio na perspectiva da construção que acredito.

Por saber que a educação não é neutra, existem, portanto, interesses de classe que norteiam o processo educativo. Principalmente por acreditar que a educação do campo é fundamental no processo de humanização e conscientização dessa parcela da sociedade. Da forma como vem sendo construída, tendo os sujeitos como centro do processo educativo, é que escrevo sobre nucleação e a educação do campo. Também, não simplesmente como pesquisadora, mas com alguém que tem um envolvimento com o povo camponês e sua luta. Mesmo sendo filha de camponeses e tendo vivido no campo, meu envolvimento enquanto processo de luta intervenção junto ao povo camponês iniciou-se no ano de 2000, quando comecei a participar da Pastoral da Juventude Rural (PJR) do Rio Grande do Sul.

No ano de 2002 ingressei no curso de Pedagogia da Terra no ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), foi nesse espaço que conheci o MST(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e sua organização principalmente sua forma de fazer educação. Até no ano de 2005 continuei desenvolvendo trabalho de formação dos jovens rurais através as PJR.

A partir desse ano meu endereço se tornou o Paraná, onde conheci a realidade do município de Goioxim, muito diferente da que eu vivia no Rio Grande do Sul onde as famílias camponesas são bem estruturadas financeiramente, com

identidade local, e uma longa trajetória de trabalho na agricultura, passada de pai para filho.

Quando mudei para o Paraná me inseri organicamente no MST, e, me deparei com realidade na qual a educação estava sendo uma mera reprodução do que a maioria faz diferente das experiências que conhecia e estudava sobre educação no MST. Isso me deixou angustiada e esta angústia que sentia me levou a desenvolver essa pesquisa, por isso quando da inscrição para a Especialização em Educação do Campo, solicitava-se a intenção de pesquisa, pensei em investigar como estava a situação das escolas no campo, a sua realidade, queria saber o que fazer para avançar. Pelo envolvimento com os movimentos sociais e conviver com a realidade dos assentamentos, sabia que as escolas dos mesmos enfrentam muitas dificuldades, tanto de estrutura, quanto pedagógicas, de formação de professores. Me propus a compreender melhor o que dificulta o desenvolvimento da educação do campo e da pedagogia do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no interior dos assentamentos de reforma agrária.

Quando fui em busca de algumas informações sobre o local e o que estava acontecendo naquela realidade, para poder recortar o problema de pesquisa. No assentamento Vinte Nove de Agosto, no município de Goioxim, encontrei a nucleação das escolas nos assentamentos, em discussão e prestes a iniciar as obras. O fato de a nucleação estar acontecendo no assentamento foi um dos fatores que me levaram a pesquisar sobre esse tema. Outro foi o fato de esse ser um tema em discussão nos movimentos sociais, sem muitas reflexões registradas e polêmico, devido a não haver consenso sobre se a nucleação interessa ou não a Educação do Campo é que decidi desenvolver minha pesquisa sobre esse tema: educação do campo e nucleação.

No processo de pesquisa precisamos de referenciais teóricos e um dos grandes limites de desenvolvimento desta pesquisa foi encontrar obras que tratasse do tema nucleação. Isto representou um desafio a mais, afinal o processo de nucleação das escolas vem sendo desenvolvido há vários anos em todas as escolas, até agora não há muitas obras e pesquisas sobre o tema.

A pesquisa desenvolvida se realizou no município de Goioxim localizado na região centro do Estado do Paraná, mais especificamente no Assentamento Vinte Nove de Agosto, a partir da Escola Municipal Rural Santa Terezinha. O município de Goioxim tem onze anos de emancipação política em parte

isto se deve ao fato de no município haver nove assentamentos de Reforma Agrária. O Assentamento Vinte Nove de Agosto, segundo os assentados, tem doze anos de existência, e a Escola Santa Terezinha que teve vários outros nomes, pois acompanha-os desde os tempos de acampamento, demonstra a importância da escola para a comunidade, afinal ela foi conquistada e construída antes mesmo da conquista da terra.

Os sujeitos pesquisados são assentados, filhos de assentados (educandos), educadores e lideranças da “Brigada” Carlos Marighela<sup>1</sup>, da qual faz parte o assentamento Vinte Nove de Agosto, onde está a Escola Santa Terezinha a ser desativada pela nucleação.

O objetivo que me desafiei a alcançar era registrar e analisar o processo de nucleação da Escola Municipal Santa Terezinha, localizada no Assentamento do Vinte Nove de Agosto, os primeiros passos de sua implementação. Mas infelizmente ou felizmente no decorrer da pesquisa a nucleação não se concretizou, iniciaram-se as obras, mas não foram concluídas e as turmas continuaram funcionando nas suas escolas. Porém o processo se iniciou e foi possível desenvolver a pesquisa e principalmente responder a questão que me afligia. A nucleação pode contribuir para o avanço da educação do campo?

A proposta de educação que vem se discutindo para o campo tem como referência as experiências já desenvolvidas, especialmente nos acampamentos e assentamentos. Quer-se construir uma escola “no e do” campo, ou seja, não basta ser no espaço do campo deve atender as necessidades do povo camponês (CALDART, 2000). E se pensamos quanto mais escolas no campo são desativadas, menos forças teremos na concretização dessa proposta de educação. Porém nos cabe uma pergunta: e se a nucleação for nesse espaço pode contribuir para o avanço da Educação do Campo?

A pesquisa que realizamos, faz uma abordagem materialista, considerando os sujeitos e as relações sociais que se estabelecem, na sua construção enquanto sujeitos sociais e culturais, a partir do seu contato com o outro e na transformação da natureza. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo em

---

<sup>1</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se organiza em grupos nos assentamentos, são grupos compostos por dez, cinquenta e quinhentas famílias, o grupo de quinhentas famílias é chamado de brigada e cada uma tem um nome, por isso Brigada Carlos Marighela.



vista que não trabalhamos com dados estáticos, mas buscamos perceber as relações sociais que se estabelecem, que é o que propõe a pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores que corresponde a um espaço mais profundo das relações. (MINAYO 1984,p.24).

Tendo em vista a abordagem qualitativa de pesquisa, meu desafio era buscar compreender como estava acontecendo o processo de nucleação das escolas do campo e que implicações traria para os sujeitos envolvidos, tendo sempre presente o que nos fala Brandão "...mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir." (BRANDÃO, 1987,p.12).

Na busca dessa compreensão utilizei como recursos: análise do projeto de nucleação, o que propõe? Qual foi a participação da comunidade, das professoras dos educandos? Qual o objetivo que buscava concretizar? Entrevista com os educandos/as e as professoras sobre como vêem toda essa movimentação, qual a sua participação. Entrevistei também a secretária municipal de educação, lideranças da Brigada Carlos Marighela e registro em diário de campo, acompanhou tudo isto, leituras que pudessem me auxiliar nessa compreensão.

Este trabalho está dividido em dois capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo abordamos os referenciais do que estou utilizando na construção do pensamento, como se desenvolve o processo de nucleação no município do Goioxim, a concepção de educação do MST, e ainda fazemos uma discussão sobre educação escola e desenvolvimento. No segundo capítulo faço uma reflexão sobre educação do campo, relação escola comunidade e as perspectivas da nucleação. Por fim nas considerações finais algumas (in)conclusões a que cheguei.

Para segurança e tranquilidade dos entrevistados neste trabalho fiz a opção de colocar somente uma letra para identificá-los. Os capítulos estão divididos em subtítulos para uma melhor compreensão dos pontos abordados na construção do pensamento a cerca da nucleação e a Educação do Campo.

# 1 A NUCLEAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOIOXIM

*“...apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam com o lógica mistificadora do capital.”*

*(MÉSZÁROS)*

## 1.1 Conceituação Teórica

Para iniciar este capítulo nos parece essencial esclarecer que referências são usadas na construção do pensamento do texto, com relação aos termos educação e campo. A discussão “educação do campo” ainda é um paradigma em construção, Roseli Caldart em texto produzido para o terceiro seminário sobre educação do campo afirma a educação do campo como sendo

... parte da construção de um paradigma teórico e político, não é fixo, fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário, qualquer um inventado por alguém, por um grupo, por alguma instituição, por um governo, por um movimento ou organização social. Pelo nosso referencial teórico, o conceito de Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade que se refere. Esta é base concreta para discutirmos o que é ou não Educação do Campo. (CALDART,2007, p. 2)

Tendo em vista que não temos um conceito definido, mas um conceito em construção sobre Educação do Campo, e nosso objetivo não é fazer essa conceituação porque isso demandaria uma outra pesquisa, neste trabalho estaremos enfatizando que entendemos por educação e campo, tendo presente a dimensão da Educação do Campo.

A educação é entendida como um processo de formação humana, em todas as suas dimensões técnica, política, cultural para além da educação escolar, vinculada a um projeto de sociedade. Mézáros em seu livro Educação para além do capital, diz que

...educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano de suas cadeias(...) educar para além do capital implica em pensar uma sociedade para além do capital. (MÉSZÁROS, 2005, p. 13).

Diante dessa citação podemos perceber que a Educação a qual se propõe para os sujeitos do campo tem uma perspectiva que foge a “educação tradicional” buscando-se construir uma educação libertadora, de emancipação desses sujeitos. Nessa perspectiva a discussão nos movimentos sociais e organizações colaboradoras para o campo é uma educação vinculada a um projeto de campo/ sociedade, para além da escola, mas onde a escola tem papel importante e não é somente um espaço de aprender a ler e escrever, mas um espaço de ler, escrever, discutir, problematizar, um espaço de valorização e respeito à cultura camponesa, um espaço onde se projete a vida e se aprenda a buscar e lutar por seus objetivos.

Campo para nós não se limita a um espaço geográfico, na nossa compreensão não é possível entendê-lo sem considerar os sujeitos que nele vivem, sendo assim o campo é um lugar de vida com uma cultura própria.

Os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar distinto do mundo urbano, que se inclui maneiras de se relacionar com o tempo, espaço, o meio ambiente bem como de viver e de organizar a família, a comunidade o trabalho e a educação (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2002 p.16).

É por isso que a Educação do Campo, ao contrário do que historicamente vem se fazendo, deve ser diferenciada da urbana, porque os sujeitos envolvidos são diferentes, a lógica de vida é diferente e por isso a formação deve ser diferente. É importante registrar que não estamos dogmatizando o campo e a cidade, os distanciando e classificando, separando-os por superioridade ou inferioridade. Embora exista no senso comum a idéia do urbano ser melhor que o rural, a discussão que se faz não nega a importância de cada um, somente reafirma que são espaços diferentes de vida, cada um com sua importância e desenvolvendo uma relação de colaboração entre ambos.

...o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país; ela se refere a processos produtivos que são a base da vida humana, em qualquer país. Não é possível pensar um projeto de nação de país sem pensar um projeto

de campo, um lugar social para os sujeitos concretos, para os seu processo produtivos de trabalho, de cultura de educação. (CALDART, 2007, p. 5)

Na citação da Caldart podemos ir além e ver o campo como parte da de um projeto de nação, portanto com uma importância social relevante.

## **1.2 Elementos históricos da nucleação no município de Goioxim**

A pesquisa desenvolvida buscou entender o que acontece quando se faz o processo de nucleação em escolas do campo e se esse processo contribui ou não para o avanço da Educação do Campo na sua concretização, considerando o espaço escolar. Essa é uma questão muito importante para a discussão da Educação do Campo, pois nos debates que temos presenciado e em seminários da Articulação da Educação do Campo sempre aparece a nucleação como algo negativo, tendo em vista que isso provoca o fechamento das escolas do campo e as crianças muitas vezes vão para a cidade, gera-se com esse processo uma perda cultural e política, para a comunidade como um todo, à medida que deixa de existir um espaço conquistado e construído pela comunidade, que é o da organização escolar.

Estamos tratando da nucleação no município do Goioxim, mais especificamente das escolas a serem desativadas na região do assentamento 29 de agosto, tendo como referência a Escola Rural Municipal Santa Terezinha e buscamos no Plano Diretor Municipal, a compreensão do que se entende por nucleação. No referido plano a mesma é entendida como sendo um processo de desativação de escolas e o envio dos alunos para uma escola maior um “núcleo”.

Mas a nucleação constitui-se ainda como

...um processo de agrupamento das escolas do campo ... visa racionalizar a estrutura e organização das pequenas escolas, que contam com reduzido número de alunos e diminuir o número de classes multiseriadas orientando – se pelo plano nacional de educação (VENDRAMINI, 2000, p. 170 ).

Como podemos perceber na citação da Vendramini a nucleação faz parte do Plano Nacional de Educação como uma estratégia de superação da unicodência e das turmas multiseriadas, realidade da Escola Santa Terezinha e de maioria das escolas do Goioxim.

Sabemos que o processo de nucleação neste município está atrasado se considerarmos que na grande maioria dos municípios do estado isto já aconteceu há alguns anos. O processo de nucleação das escolas iniciou a cerca de dez, quinze anos atrás, talvez por causa da municipalização do ensino.

No município do Goioxim iniciou-se a discussão e elaboração de um projeto de nucleação cerca de uns três anos, no entanto em 2005 é elaborado um projeto específico que faz parte do Plano Diretor Municipal. Neste município, são nove assentamentos de Reforma Agrária, onde existe varias escolas, nas quais apenas duas ou três educadoras desenvolvem práticas educativas vinculada aos princípios do MST.

Anterior ao plano diretor que concretiza a nucleação hoje, houve a elaboração de um projeto de nucleação feito por algumas pessoas da Brigada Carlos Marighela, segundo eles o projeto que elaboram previa a construção de obras para a nucleação de escolas no interior dos assentamentos. Existe uma área de dezesseis hectares no interior do assentamento Vinte e Nove de Agosto destinada para esse fim. Segundo L, assentado da comunidade o projeto era de uma escola estadual com financiamento via INCRA e para atender a demanda do ensino fundamental. É importante registrar que as pessoas envolvidas na elaboração do projeto da Brigada tem um vínculo direto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pois são militantes do mesmo.

A nucleação das escolas dos assentamentos que faz parte do plano diretor do município de uso e ocupação do solo de Goioxim, foi uma iniciativa da secretária de educação e elaborado junto com o projetista da prefeitura. A comunidade de maneira geral sabe do projeto, mas não tem conhecimento dos detalhes, tanto que confundem com o antigo projeto elaborado pela brigada. As professoras nos disseram que não conhecem o projeto da escola, não sabem como vai funcionar. A secretária de educação em entrevista nos disse que não foi discutido com a comunidade, "mas que essa discussão será feita antes da desativação das escolas, e que se a comunidade não quiser a escola não vai ser desativada." (E, secretária de educação)

O plano diretor prevê a nucleação das escolas municipais, no interior de vários assentamentos para o público de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Será financiado com recurso do MEC/ FNDE, com o envolvimento das secretarias de viação e obras e urbanismo e Secretaria de Educação. Das escolas do município, dezesseis serão desativadas, em três nucleações. Entre essas nucleações está a que será realizada na antiga fazenda Wagner, onde existem três assentamentos, entre eles o 29 de agosto, onde se localiza a Escola Santa Terezinha. As obras para a nucleação já estão em andamento, no assentamento Nossa Senhora das Vitórias, nessa região serão desativadas oito escolas.

Também nesse ano iniciaram-se as obras no assentamento Nossa Senhora da Vitória, local onde vai ser o núcleo e para onde vão estudar as crianças da Escola Santa Terezinha. Pelo que consta no plano diretor a conclusão desta obra está prevista para o ano de 2009, no entanto em informação extra – oficial fala-se na possibilidade de iniciar o ano letivo de 2008, na escola - núcleo.

. As professoras sabem que a nucleação vai proporcionar a superação da unidocência e das turmas multiseriadas e pensam que isso é positivo porque:

Com todas as turmas junto é difícil de trabalhar, a gente vai fazer uma brincadeira com os da primeira, os da quarta querem também e ai é complicado, cada professora com uma série fica mais fácil, daí você prepara as atividades para aquela turma e pronto. (F, professora)..

O plano diretor trás como objetivo para a educação:

Priorizar a educação como principal ferramenta para o desenvolvimento pessoal, profissional, econômico, legitimando a situação de cidadania e soberania da população, no reconhecimento de seus direitos e tornando aptos ao cumprimento dos seus deveres. (Plano Diretor, 2007, s/p).

Nesse objetivo podemos perceber que não faz nenhuma referência à educação ao campo e a cultura camponesa, embora os sujeitos envolvidos sejam filhos de assentados e pequenos agricultores. E o município tenha 70% da população no campo.

As pessoas da comunidade pensam que é o mesmo projeto, no entanto, em entrevista com a secretária de educação ela falou ter conhecimento desse projeto citado, mas que “não se trata do mesmo, pois aquele não foi aprovado, era via Incra e o em andamento é via MEC”. Além disso, as construções

que estão sendo realizadas não são na mesma área que estava destinada para construção do projeto via INCRA.

O fato de haver um projeto anterior ao que está se materializando demonstra uma abertura da comunidade e um interesse pela nucleação, mas um dos fatores principais dessa “abertura” é fato da escola proporcionar o segundo segmento do Ensino Fundamental. Assim as crianças não precisariam se deslocar mais para a cidade para concluir o ensino fundamental. “A escola lá embaixo vai ser bom, porque as crianças não vão precisar ir para a cidade vão estudar aqui no assentamento.” (P, pai de aluno). A comunidade estava aceitando a nucleação por entender que fazia parte do projeto de Assentamento.

O que está se propondo além não ter esta intenção, não está sendo compreendido na perspectiva do desenvolvimento pensado para o assentamento. E por isso, quando a Secretaria de Educação vai fazer as reuniões com comunidade para tratar da nucleação, as lideranças da comunidade e algumas professoras dizem não, e reivindicam o que haviam pensado a no projeto anterior. Isto gerou um impasse no final de 2007, pois a secretaria de educação pretendia iniciar o ano de 2008 já no núcleo, mas está encontrando resistência.

### 1.3 Concepção de Educação no MST

É importante destacar que estas escolas fazem parte de assentamentos de Reforma Agrária, ligados ao MST e como já é de conhecimento de muitos o MST tem uma trajetória de debate e construção também na dimensão da educação. Antes de entrar na discussão desta é necessário conhecer um pouco da história deste Movimento.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu da articulação de lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região centro-sul do Brasil, e que aos poucos foi se territorializando (Fernandes, 1996) pelo país inteiro. O MST teve sua gestão no período de 1979 a 1984 e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel no estado do Paraná. Este encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta e resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos articuladoras destas lutas. (CALDART, 2000, pg. 68).

O Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra quando analisado pela lógica cronológica, ainda é muito jovem, mas se considerarmos as mudanças que se dão a partir de sua ação é movimento de massas com maturidade para provocar mudanças qualitativas e significativas na vida milhares de pessoas. O MST hoje está articulado em todos os estados e é internacionalmente conhecido por sua luta. Luta que no seu surgimento era são só por terra, mas que aliada a isso também se percebe a necessidade de lutar por educação. Assim como a luta pela terra, a luta por educação começou por uma necessidade concreta de escola, para os filhos e filhas dos acampados e mais tarde assentados, ao longo dessa luta foi se percebendo que não só as crianças que precisam estudar até chegar no que hoje se houve muito no “Todos os Sem Terra Estudando”.

A educação que o MST propõe, assim como o próprio Movimento se concretiza, na lógica contra-hegemônica ao sistema vigente. O MST faz a Luta pela Terra através de ocupações, que aos olhos de muitos é uma forma totalmente arbitrária, mas que no entanto é capaz de mobilizar e organizar milhares de trabalhadores, porque é uma luta justa e dá a garantia de acesso a terra e a possibilidade de uma nova vida. Este é um dos elementos que faz do MST um movimento educativo<sup>2</sup>.

Com a luta por educação e escola também não é diferente, o MST foge à lógica tradicional de educação e propõe algo novo, que se constitui num novo jeito de educar, que tome os sujeitos e a sua realidade como o referencial principal no processo educativo. Nesse constituir uma nova forma de educar, se concebe uma nova organização para a escola com princípios que

...constituem um novo modo de ensinar, de gerar sujeitos da história, de preocupar-se com a pessoa integral, de ensinar pela prática, de ler, de escrever e calcular a realidade, de valorizar igualmente o trabalho manual e intelectual, de aprender a se organizar e participar coletivamente. (VENDRAMINI, 2000, p. 168).

Isso é o que buscamos para a educação, onde a história seja tomada nas mãos por aqueles que a fazem.

---

<sup>2</sup> ver CALDART, 2000.



A Reforma Agrária despertou nas pessoas o desejo de lutar num primeiro momento por terra, depois por educação e outros direitos historicamente negados. Estes ideais contudo, nem sempre se concretizam quando se chega na terra, pois o que encontram esses sujeitos na maioria das vezes é uma realidade dura, onde a principal luta se torna a de criar condições dignas para viver. Nessa busca acaba-se priorizando as questões determinantes da existência material, ou seja, as questões econômicas, e por isso a educação escolar, principalmente, acaba ficando em segundo plano, as pessoas lutam para ter escola, mas depois do espaço estrutural conquistado, ela fica a margem como se não fizesse parte do todo do assentamento. Esta mudança de prioridade faz com que se desenvolva uma educação igual ou inferior a da maioria das escolas públicas que não tem vínculo com movimentos sociais em não trazem presente a perspectiva de emancipação humana. Por isso a educação conforme citamos anteriormente ao referir-se aos princípios de educação do MST não acontece em todos os assentamentos de reforma agrária ligados ao MST.

Um dos fatores principais dessa educação não acontecer está relacionado a formação das professoras. O fato das educadoras desenvolverem uma “educação tradicional” está muito vinculado à formação profissional feita em escolas regulares e universidades e também pela formação continuada oferecida pelo sistema municipal de educação, que até então não trabalhava as questões da Educação do Campo. Essas educadoras também não tem envolvimento militante com o MST e até o momento não participam da formação oferecida pelo mesmo aos seus educadores. Sendo assim reproduzem o que aprenderam e fazem da escola um espaço onde a preocupação central é com a escolarização e não com formação humana ampla para emancipação dos sujeitos. E esse fazer educativo faz da escola um espaço isolado do restante da comunidade. Diferentemente do que propõe o MST, quando ao discutir e fazer educação considera a relação escola comunidade essencial. E se vinculada a um projeto de desenvolvimento.

## 1.4 A Educação do Campo e a Educação do MST

A Educação do MST faz parte da Educação do Campo, porém tem especificidades. A educação do campo está pensada para o todo da população camponesa incluído os acampados e assentados, ela articula a luta de todos por educação.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para as comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, sua comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2007, p. 3)

Mas embora fazendo parte da Educação do Campo os sujeitos que fazem pertencentes ao MST, tem um diferencial, que é o trabalho na dimensão da identidade de Sem Terra. Pois o MST, tem como princípio trabalhar as lutas e conquistas do Movimento na escola, e em outros espaços, valorizando a identidade de Sem Terra. Devemos considerar que os sujeitos que estão ou fazem parte do MST viveram o processo do Movimento Social como princípio educativo.

Outro diferencial é que o MST, já tem uma trajetória em educação, tem uma discussão de currículo, de organização pedagógica, de Projeto Político Pedagógico, que as demais experiências em Educação do Campo ainda estão construindo.

## 1.5 Educação, escola e sua relação e desenvolvimento

As áreas de assentamento do município de Goioxim têm média fertilidade, pois antes de ser assentamento eram cobertas por pinos e bracatinga, plantas que segundo os agricultores consomem muita água e não deixam prosperar a biodiversidade. Nas áreas de cultivo dessas plantas não crescem outras, o que deixa o solo pobre em nutrientes, talvez essa seja uma das razões da terra não produzir como em outros lugares onde há grande produtividade. A terra para produzir exige altos investimentos, seguindo o modelo de agricultura convencional e

isto inviabiliza a produção dos agricultores que estão endividados, não conseguem investir. E não tem como perspectiva a agricultura ecológica, pois lhes faltam informações. Por esta razão na comunidade Santa Terezinha poucas famílias vivem da renda tirado da agricultura. A grande maioria das pessoas têm como fonte de renda a aposentadoria de algum membro da família e a queima do carvão. As famílias agricultoras ainda mantêm a tradição de produzir para o consumo, os produtos básicos, porém não conseguem produzir todo o auto consumo necessário, por exemplo carne, batata, cebola e outros que fazem parte da alimentação que por diversas razões deixam de ser produzidos.

No início do assentamento a área era coberta de árvores e a queima do carvão se tornou a principal atividade, mas, nos últimos meses de 2007, houve uma crise na venda do carvão, o produto era vendido a preços baixos, e chegou uma época que o carvão ficou estocado na frente dos fornos pois não havia interessados em comprar. A renda do carvão dava somente para a alimentação, esta situação fez com as pessoas do assentamento não conseguissem se manter com o trabalho na agricultura e migrassem para cidades de Santa Catarina, principalmente para as cidades como Blumenau e Jaraguá do Sul. O abandono de suas terras se dá porque não conseguem perceber a continuidade da vida na comunidade, a ausência de possibilidade de desenvolvimento financeiro, as questões econômicas, tira-lhes as expectativas de continuar no assentamento.

Eu estou indo embora do Goioxim, porque não tem mais como viver aqui, se nós ficar aqui vamos acabar passando fome, porque na roça não dá nada, só prejuízo, e os carvão vão matando a gente aos poucos, sem falar que ninguém mais quer comprar. Eu gosto do Goioxim, se eu pudesse, eu vivia aqui, mas não tem como sobreviver, não tem emprego. (R, assentado).

Apesar de o carvão ser uma das principais fontes de renda, esta forma de trabalho foge à vida do camponês que produz alimento, e tem um compromisso com a vida e a sustentabilidade local, pois, além de provocar a destruição e poluição da natureza é um trabalho prejudicial à saúde, um trabalho que exige força física e também obriga os trabalhadores a respirarem durante algum tempo a fumaça expelida dos fornos, e ainda no momento de retirar o carvão inalam uma grande quantidade de pó de lenha queimada o que provoca tosse, entre outros males. Este processo que faz da "lida" no carvão um trabalho penoso, acaba sendo mais um motivador para as pessoas abandonarem o campo e a terra conquistada.

A incorporação da agricultura familiar ao mercado, sob a lógica do capital, avança de forma seletiva, excluindo progressivamente parcelas da população menos capitalizadas, fator que influi decisivamente nos ritmos do êxodo rumo aos centros urbanos. (DUARTE, 2003, p.22)

Perceber a continuidade da vida, elaborar projetos e ter sonhos no lugar onde vivem, com perspectivas de um futuro cada vez melhor, pois para viver bem no campo esses são fatores fundamentais.

A saída de algumas famílias provoca a saída de outras, na medida em que os que foram embora retornam mostrando em vários sentidos, principalmente da viabilidade econômica que a vida melhorou, por exemplo os carros, as roupas. É comum os que voltam afirmarem, “porque ficar aqui, eu arrumo um emprego para você lá,” “vai ficar sofrendo a vida inteira” e assim mais famílias vão embora. Os que ficam tem a sensação segundo, algumas pessoas da comunidade, de vazio: “todo mundo vai embora, a comunidade não é mais como antigamente, quando as famílias se reuniam no campo de futebol, nos torneios, nas missas, não se faz mais muita coisa que antigamente se fazia”. O fato de a comunidade ir esvaziando, desperta principalmente nos jovens o desejo de também ir embora, pois não há mais viabilidade e se busca alternativas para isto. Desde o início da pesquisa na comunidade de Santa Terezinha até o momento, foram embora quinze jovens, o que é muito para uma comunidade com apenas 20 famílias, restam assim cinco ou seis jovens e todos manifestam desejo de “ir embora”.

Certamente não podemos nos prender à nostalgia de um campesinato passado, o campo hoje tem novas configurações e é fato, o êxodo continua presente e intensamente, porém não forte o suficiente para extinguir essa parcela da população. Por isso, ao pensar em Educação do Campo deve se considerar esses elementos. Que campo nós temos hoje? E quem são os sujeitos camponeses? Nesta realidade temos um campo envelhecendo, com os jovens desanimados e sem perspectivas, questão que a educação não pode ignorar. Deve colocar-se estas questões em relação com conhecimento sistematizado buscando possibilidades de mudar isto desde uma outra lógica de organização e relação com o desenvolvimento nos lugares onde se encontram as escolas do campo.

O esvaziamento do campo não é um processo natural, sabemos que o êxodo rural é provocado por um conjunto de relações, que leva uma a decisão pessoal de sair ou não do campo. Desde o início dos anos oitenta, quando a

agricultura começa a passar por modificações de pacote tecnológico, foi pensado um modelo de desenvolvimento para o campo. Tendo como um dos elementos o êxodo rural, pois a cidade precisava de operários, excedente de mão de obra para as indústrias e os latifúndios por sua vez, se expandem com saída das famílias do campo.

No imaginário dos jovens rurais está a idéia de que a vida está na cidade, lá é o melhor lugar de se viver e isso não se deve apenas ao fato de não gostarem do campo, mas por cotidianamente os meios de comunicação trabalham isso. O campo é sempre trabalhado como lugar de atraso, a velha idéia do Jeca Tatu, e talvez por isso ao se tornarem assalariados e entrarem no mundo urbano os jovens não queiram mais o campo como lugar para viver. Pois foram condicionados a isso desde crianças, e a escola dá sua contribuição para isso na medida que a

... escola primária rural vem comprovar o princípio orientador e determinante do processo de definição curricular, onde o mundo rural, suas atividades produtivas, suas crenças, sua sociabilidade e sua cultura são caracterizados como arcaicos, atrasados e, obviamente, excluídos do currículo. A interiorização e a exclusão ocorrem porque à escola é atribuída, pela sociedade, a função de imprimir uma concepção determinada de homem e de sociedade, na qual os valores de mundo rural não estão cabendo. A cultura reproduzida na escola é a cultura da classe social que detém o poder. A cultura rural não é considerada como cultura dominante, razão pela qual não figura no currículo. (GRITTI, 2003, p. 133 e 134).

Para a escola de fato cumprir com o seu papel um dos elementos principais é romper com a idéia de que campo e atraso são sinônimos e trabalhar a perspectiva do campo como um lugar bom para se viver.

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo com lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção da sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades e formas. (SEED -Pr, 2005 pg. 3).

No objetivo do Plano Diretor do município de Goioxim, referente à escola, aparece a questão do desenvolvimento econômico. Essa é uma questão de fundamental importância e que a escola deve debater pois, qual é o papel que escola vem desempenhando diante da situação anteriormente relatada? A Escola tem por dever fazer a discussão das perspectivas de vida e sonhos de seus educandos, que necessariamente passam pelas questões econômicas, mas que vão

além, são culturais, emocionais, entre outras. Sabemos que o fator econômico é determinante na vida das pessoas. Não podemos desconsiderar a realidade vivida pelos educandos. A escola não pode resolver todos os problemas, mas é sua obrigação discutir as questões sociais e tentar em conjunto com a comunidade perspectivas da Educação do Campo.

Porém, a escola necessita ir para além das questões econômicas, ela precisa ter vínculo com um projeto de desenvolvimento social que está ligado ao bem estar, e bem estar é poder comer bem e produzir comida saudável, ter acesso a cultura, morar com dignidade, ou seja, viver bem no lugar onde está e ter perspectivas de vida. E para isso acontecer é são necessárias iniciativas concretas, que mexam com vida das famílias agricultoras levando-as a perceber através da prática que é possível criar alternativas ao que se apresenta como natural.

Nossa sensibilidade de Educadores/as já nos permitiu perceber que existe algo diferente e que pode ser uma nova alternativa em nosso horizonte de trabalhador da educação, de ser humano. Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um movimento consciente de construção de escolas do campo que ajudem nesse processo mais amplo de humanização de reafirmação dos povos do campo como sujeitos do seu próprio destino, de sua própria história. (CALDART 2005, p.4)

A escola pode contribuir com isso, mas será necessário que os municípios como o citado neste estudo, com alta porcentagem de população no campo, repensem a forma como organizam as secretarias, o trabalho entre as dimensões do desenvolvimento e as políticas públicas. Isto porque o desenvolvimento deve ser pensado no conjunto, e na totalidade pois, se fragmentando não será sustentável, estará de novo priorizando apenas alguns aspectos.

Pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; significa no campo da política pública, por exemplo, pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação; entre política agrícola, política de saúde, e política de educação e assim por diante. (SEED, Pr 2005, p.26)

Temos exemplos de projetos que consideraram isso e deram certo deram certo como o “Projeto vida na Roça”, desenvolvido em municípios da região sudoeste do Paraná.<sup>3</sup>

Sabemos que somente pela pedagogia isto não se resolve, a educação rural também tinha na sua origem um interesse em combater o êxodo rural, quando se propunha o “ruralismo pedagógico”. “O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico à idéia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia. (BEZERRA NETO, 2003, p11), porém, não se conseguiu, o problema continua presente. O objetivo aqui não é fazer uma análise se o ruralismo pedagógico deu certo ou não, ou quais suas implicações, mas, ter presente que uma questão que incomodava no início dos anos trinta, continua atual, a saída das famílias do campo.

A escola tem uma parcela de responsabilidade nessas saídas, a medida que se isola dos problemas, das vivências dos sujeitos que dela participam,

Talvez o verdadeiro isolamento da escola não seja geográfico. É em face da comunidade e de seus saberes que a escola mais se isola, numa prática centrada no professor e no programa de ensino, no desrespeito aos calendários, ritmos e prática sociais dos grupos. (VENDRAMINI, 2000 p. 170).

Dessa forma a educação perde a possibilidade de emancipar os sujeitos para que avancem nas suas perspectivas de vida, contribuindo para que compreendam as perspectivas que lhes são impostas, bem como as possibilidades de outros planos de desenvolvimento.

A Educação do Campo para dar conta de sua proposta mencionada ao longo do texto deve também fazer o debate na esfera do desenvolvimento vinculado a ao campo da agricultura, pois no campo brasileiro hoje a disputa de “dois campos”, o campo do agronegócio e o campo da agricultura. Que pode ser melhor compreendido no quadro abaixo, conforme (FERNANDES 2004, p.85).

---

<sup>3</sup> Para maiores informações ver DUARTE, Valdir P. Escolas Públicas no Campo: problemática e perspectivas: um estudo a partir do projeto vida na roça. Francisco Beltrão, PR, 2003.

<p><b>Campo do agronegócio</b></p> <p>Monocultura-commodities  Paisagem homogênea e simplificada  Produção para exportação (preferencialmente)  Cultivo e criação onde predomina espécies exóticas  Erosão genética  Tecnologia de exceção com elevado nível insumos externos  Competitividade e eliminação de empregos  Concentração de riquezas, aumento da miséria e da injustiça social  Êxodo rural e periferias inchadas  Campo com pouca gente  Campo do trabalho assalariado (em decréscimo)  Paradigma da educação rural  Perda da diversidade cultural</p> <p><b>AGRO-NEGÓCIO</b></p>	<p><b>Campo da agricultura</b></p> <p>Policultura- uso dos múltiplos recursos naturais.  Paisagem heterogênea e complexa  Produção para o mercado interno e para exportação  Cultivo e criação onde predomina as espécies nativas e da cultura local  Conservação e enriquecimento da diversidade biológica  Tecnologia apropriada, apoiada no saber local, com base no uso da produtividade biológica primária da natureza  Trabalho familiar e geração de emprego  Democratização das riquezas- desenvolvimento local  Permanência, resistência na terra e migração urbano - rural  Campo com muita gente, com casa, com escola...  Campo do trabalho familiar e da reciprocidade  Paradigma da educação da campo  Riqueza cultural diversificada- festas, danças, musica- exemplo: o Mata Grosso é o maior produtor brasileiro de milho e não comemora as festas juninas. Já no Nordeste.</p> <p><b>AGRI-CULTURA</b></p>
---	---

Podemos perceber que ou a educação segue o plano do agro negócio ou ela se volta para a agricultura camponesa. Considerando isso, também não vai bastar fazer a nucleação e parar por aí, pois somente isso não resolve o problema, ao contrário pode agravá-lo na medida em que os educandos saem do seu “território” e passam a não ter mais a própria comunidade como referência, desde seus primeiros anos de escola.

No caso destes assentamentos é preciso discutir algumas questões que passam pela formação de educadores, o envolvimento da comunidade e principalmente como fazer da escola o mecanismo de transformação social.

As questões formação de educadores, educação do campo, relação escola comunidade e nucleação serão mais bem discutidas no próximo capítulo. .



## 2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS

“Uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudanças”  
(MÉSZÁROS)

### 2.1 Breve Histórico da Educação do Campo

Acreditamos que antes de aprofundarmos alguns aspectos sobre nucleação e Educação do Campo é necessário fazer uma contextualização da Educação do campo, como chegamos ao momento atual.

Podemos considerar a educação do campo recente, ela surgiu nas últimas três décadas, teve seu fomento no início dos anos oitenta com a tomada de corpo dos movimentos sociais do campo. Esses movimentos que surgiram pela necessidade de lutar por terra e condições dignas de sobrevivência, logo percebem que sua luta é mais ampla, é também por educação (Caldart, 2000). E nesse processo de luta e conscientização, querem que a educação a ser oferecida a seus filhos, seja diferenciada, pois a educação que até então tinham não atendia as suas necessidades e também tem uma consciência de classe, que não aceita mais uma educação tradicional.

É nesse contexto que está à raiz da Educação do Campo, que hoje debatemos e estamos construindo, um dos Movimentos que se destacam por essa luta é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que constrói escolas e desenvolve a educação desde os acampamentos. Mas o próprio “movimento” proposta pela luta do MST faz com que historicamente a negação do direito vá sendo reconhecida por mais sujeitos, e luta pela conquista do mesmo vai se ampliando.

... uma situação que não é apenas dos sem-terra, mas de todo o conjunto dos povos do campo, dada a inexistência de políticas públicas que visem, de fato, garantir o acesso a uma educação de qualidade para o conjunto da população brasileira, seja do campo ou da cidade.” (CALDART 2000, p.120).

O debate sobre a Educação do Campo, se expande e é assumida por várias outras entidades tais como: CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), UNESCO (Organização das Nações Unidas), UNICEF (Fundo das Nações Unidas Para a Infância) e outras. Desde 1998, foram realizadas duas conferências nacionais, vários seminários regionais e elaborados diversos materiais, inclusive a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a Resolução CNE/CEB nº 1, abril de 2002.

O constituinte de toda essa movimentação em vista da Educação do campo, é a exclusão historicamente vivida por essa parcela da sociedade, bem como a construção de uma educação que respeite a cultura e a diversidade do povo camponês e que seja assumida como uma Política Pública. No início das discussões sobre Educação do Campo, tinha-se como lema “Por uma educação básica do campo”, frase que mais tarde se tornou “por uma educação do campo”, tendo em vista que não se quer lutar somente para a conquista da educação básica, mas sim por educação em todos os níveis.

...a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado o descaso dos dirigentes com a educação do campo e do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo” .(CNE/CEB N°1, 2002, p.7).

A Educação do Campo hoje se caracteriza por seus objetivos de mudanças sociais, tem opção de classe o que faz dela uma “Educação Popular”, porque a discussão de Educação Popular tinha esses pressupostos, a diferença é que a Educação do Campo considera a especificidade de uma parcela da classe trabalhadora, os sujeitos camponeses. A educação do campo, assim como a Educação Popular é forjada na busca de acesso a um direito negado e tem como base a conscientização dos sujeitos.

... seu enfoque principal é conscientização do cidadão ante as pressões advindas do capitalismo exploratório e seu papel diante das distorções histórico-sociais por ele produzidas. Objetivamente, é uma pedagogia que contraria os princípios básicos de uma escola voltada para a submissão e

subserviência das classes subalternas, bem como para o atacamento irrestrito aos planejamentos econômico-capitalistas.(LEITE, 1999, p. 44).

Quando começa a desenvolver a educação para essa parcela da população, é uma educação que está voltada para os interesses urbanos, segundo o que se desenvolve nas cidades.

Chega-se até ver na escolinha rural e no professor que com esforço sai cada dia da cidade para o campo, uma espécie de instrumento perverso de inculcação da cultura urbano industrial sobre o homem do campo [com o agravante de se entender que], os conteúdos curriculares, por serem urbanos, estariam poluindo a pureza da cultura rural. Acusa-se [ainda] a escolinha rural de ser 'instrumento de colonialismo cultural da cidade sobre o campo.(ARRYO 1982, p. 9, apud NETO 2003, p. 19).

Haviam ainda os setores que temiam as implicações do modelo urbano de formação oferecido aos professores que atuavam nas escolas rurais. Esses profissionais, segundo educadores e governantes, desenvolviam um projeto educativo ancorado em formas racionais, valores e conteúdos próprios da cidade..." (CNE/CEB N°1, 2002p ).

E nesse contexto está a Educação do Campo, se opondo ao que é dado como natural, e construindo novos paradigmas, práticas, teorias. Há vários materiais publicados sobre educação do campo, que trazem os diferentes elementos sobre a mesma, os princípios, as bases de seu surgimento, o que se propõe, etc.

A expansão da Educação do Campo é visível a cada dia e nesse processo vai ganhando novos parceiros entre eles, os sistemas públicos municipais de educação que aderiram à proposta. Nos parece que ela responde a uma angustia representada de tantos, até mesmo de dirigentes dos governos de pequenos municípios que são eminentes rurais. E isto faz com que aos pouco a canção que antes era cantada somente por pessoas ligadas aos Movimentos Sociais hoje esteja nas vozes de muitos educadores das redes públicas, reafirmando o direito dessa parcela da sociedade e indicando que a luta vai prosseguir.

**Não vou sair do campo / prá poder ir prá escola / educação do campo / é direito e não esmola.**

1. O povo camponês / o homem e a mulher / o negro o quilombola / com seu canto de afoxé / Ticuna, Caeté, / Castanheiros, seringueiros / pescadores e posseiros / com certeza estão de pé.

2. Cultura e produção / sujeitos da cultura / a nossa agricultura / pro bem da população / construir uma nação / construir soberania / pra viver o novo dia/ com mais humanização.(SANTOS , 2006)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> CD CANTADORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

## **2.2 Caminhos Possíveis**

No capítulo anterior vimos vários elementos que constituem a Educação do Campo, neste ponto estaremos reafirmando algumas questões e acrescentando novos elementos na discussão mais específica sobre escola do campo.

Já foi citado anteriormente que a Educação do Campo é reflexo das práticas educativas que vem se construindo ao longo dos últimos anos, embora isso ainda não corresponda a realidade da maioria das escolas no campo. Infelizmente nos deparamos com realidades diversas, tais como a da Escola Municipal Rural Santa Terezinha com condições precárias de estrutura, “a precarização das estruturas das escolas do campo é também uma estratégia para forçar a nucleação” (frase registrada em aula, prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Miranda), mas há outras dificuldades, pedagógicas, organizativas, longe de ser o que sonhamos para o campo, como citado anteriormente.

### **2.2.1 Formação de Educadores**

Tendo em vista as questões abordadas, um dos pontos essenciais para concretizarmos na escola um novo projeto de educação está nos profissionais que atuam nesse espaço. Sabemos que os processos de formação de docentes têm lacunas e uma delas é padronização do ensino, existe um único referencial que é trabalhado por todos os educadores, este referencial está voltado para uma visão de escola urbana logo sua prática educativa tende refletir e reproduzir isso. Por isso a necessidade de se fazer a Educação do Campo, reivindicamos uma escola diferenciada que respeite e trabalhe a cultura camponesa, que possibilite a esses sujeitos tomarem conhecimento de seus direitos e lutarem por uma sociedade mais justa. Mas para isso nós educadores

...precisamos nos assumir como trabalhadoras e trabalhadores da formação humana, e compreender que a educação e a escola do campo estão na esfera dos direitos humanos, direitos das pessoas e dos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo. (KOLLING, CERIOLI, CALDART, pg.18).

Não queremos absolutizar e trabalhar somente com específico do campo, reconhecemos que existe um referencial teórico historicamente construído, que a pedagogia tem muitos anos e que existem vários pensadores clássicos sobre a educação tais com o Piaget, Vygotski, e outros. Para nós é fundamental que se estude o clássico, mas somente as teorias tradicionais não dão conta de trabalhar com o sujeito camponês é preciso ter outros instrumentos, Por isso os educadores na sua formação saibam que existe diversidade de sujeitos, de visão sobre a sociedade, é possível respeitar e potencializar os elementos culturais do campo para um novo projeto de vida, de sociedade e de nação. Por isso, defendemos cursos como o da “Pedagogia da Terra”<sup>5</sup> que não forma apenas professores, mas forma<sup>6</sup> educadores com visão política, com pertença de classe, com instrumental para agir e trabalhar na perspectiva da transformação social, tendo presente o projeto de sociedade que se almeja. E que a formação de educadores para o campo, ainda não é acessado pelos que vivem no campo, pois

Historicamente, a formação do professor para a educação primária, hoje “séries iniciais do ensino fundamental”, tem sido de caráter elitizante e discriminador: primeiro, porque o acesso ao curso de formação favorecia a população geográfica e economicamente privilegiada; segundo, porque se tornava discriminadora ao dificultar o ingresso daqueles menos favorecidos econômica e socialmente. Em consequência, observa-se que, paralelamente a elitização do acesso a formação, também ocorreu a elitização na distribuição desses profissionais, que passavam a se concentrar nos espaços mais urbanizados. (GRITTI, 2003, p. 99,100)

As palavras da Gritti, estão no passado mas o que ela trata ainda é muito atual, por isso a necessidade de cursos que se contraponham a essa lógica, pois devemos disputar também o espaço da formação formal de educadores.

---

<sup>5</sup> Se desejar conhecer mais sobre este assunto sugerimos os cadernos do ITERRA, ano II nº 6 e ano VII, nº11, também GHEDINI, C. M. A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais – um estudo a partir da “I turma de pedagogia da terra da via Campesina/Brasil. Curitiba, 2007; TITTON, M. **Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidade.** Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador/Bahia, 2006; COSTA, M. F. **Programa Nacional de Reforma Agrária: O caso do Curso de “Pedagogia da Terra” da Universidade Federal do Mato Grosso, Cáceres/MT.** Porto Alegre: URGs/Faculdade de Educação, 2005 [Dissertação de Mestrado em Educação].

Ao analisar a proposta do curso de Pedagogia da Terra desde aqui as perspectivas apresentadas, percebe-se um foco maior na formação para a Educação do Campo e para a perceptiva da transformação social do que para a formação específica de um pedagogo docente. (GHEDINI, 2007, p.154)

Muitos ao lerem as palavras de Ghedini poderiam se questionar mas e parte de docência como fica? Em absoluto devemos abrir mão de ter bons educadores pedagogicamente, mas o método e a metodologia, são passíveis de construção pós-curso nas práticas cotidianas e em novas formações tendo em vista como dissemos, que esta formação é um processo contínuo. E, se bem instrumentalizado política e ideologicamente o próprio educador cobrará de si, pois terá consciência que está trabalhando na formação humana e que por isso, deve de fazer da melhor forma possível, buscando constantemente aperfeiçoar-se.

Isso para os que ainda não fizeram a sua formação docente, e para os que já atuam na educação? Em absoluto devemos abrir mão de acreditar que as pessoas são capazes de mudar e para isso são necessários processos intencionalizados de formação, pois a mudança de pensamento e de prática não é um processo natural, deve ser insistentemente trabalhado, as pessoas tendem a reproduzir o que aprendem, por isso para terem uma prática diferente, tem que aprender diferente.

Considerando esse ponto que é fundamental na construção da escola e da Educação do Campo, na realidade do município de Goioxim é urgente iniciar cursos, oficinas, leituras, que possibilite aos educadores ter uma nova visão de mundo, e também é necessário junto a isso o acompanhamento de pessoas que já tenham um envolvimento com Educação do Campo e possuam essa visão mais ampla de sociedade, de luta de classes, de projeto de campo, que vá auxiliando os educadores nas reflexões e nas mudanças de postura, e de prática. Pois aprender a reaprender “dói” e não é um processo simples, exige um cobrar-se constantemente.

É justo exigir qualificação profissional, lutar por melhores condições para a Escola Santa Terezinha e as outras Escolas do Campo, nas quais as educadoras sejam melhor preparadas para trabalhar a realidade dos educandos.

---

<sup>6</sup> É importante registrar que quando estamos falando em formação, estamos falando de processos de formação, tendo a compreensão de que ninguém está formado. Mas que o aprendizado é uma busca constante, e que não se finda.

Uma vez que são escolas de assentamento, e, teoricamente deveriam desenvolver o trabalho de acordo com a pedagogia do MST.

É preciso considerar também que para o MST a formação de educadores é fundamental, este defende que os educadores devem conhecer e trabalhar a partir da realidade do educandos, mas não ficar nela, deve-se dominar o conhecimento científico e se serem capazes de estabelecer relações, com o que é vivido. <sup>7</sup>

As professoras desde a época do acampamento, já participavam de cursos sobre educação popular organizados pelo MST. Foi nesses cursos, na vivência do acampamento, na troca de experiências educacionais que elas se formam. Essa formação é valorizada pelos pais dos alunos, que acreditam assim que seus filhos sejam educados de uma forma diferente da que alguns foram educados, pois muitos nem chegaram a ter acesso à escola, portanto em sintonia com a sua realidade de vida, de trabalho e de luta. (VENDRAMINI, 2000 p.177).

Temos presente que o meio social (acampamento, assentamento) é um agente formador, mas somente o espaço não basta como já falamos anteriormente são necessários processos intencionalizados de formação, que considerem todas as dimensões e não somente a técnica ou a política, e que consigam, de forma intencional e planejada articular as práticas sociais com as práticas específicas de escola e da sala de aula, possibilitando um avanço na formação dos educadores, pois acredita-se que o novo vem da possibilidade de garantir uma nova relação prática teoria prática.

### **2.2.2 Coletivo de Educadores e Gestão Escolar**

A nucleação abre um campo de possibilidades para as educadoras que hoje são uma ou duas por escola. Elas poderão constituir um coletivo de educadoras, que possibilitará a discussão e auto-formação coletiva.

“A nucleação vai ser muito boa porque, cada professora vai ficar com uma série, vai ter muita coisa boa, além do mais vamos ser vários professores para discutir as dificuldades, afinal duas cabeças pensam melhor do que uma.” (F, professora).

<sup>7</sup> Mais informações ver CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra Escola é mais do que escola na.... 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000

Neste relato com palavras simples a educadora menciona a importância do coletivo de educadores. Para a Educação do Campo, isto é fundamental por que: *“queremos que o povo se ‘mobilize’ com suas diferentes identidades”* (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2002 p.) Mas para o povo se mobilizar é preciso discutir, perceber as necessidades, ter objetivos. E se há um grupo as possibilidades de diálogo aumentam e com uma discussão que gera formação e a concretização da escola que queremos, a Educação do Campo.

Makarenko desenvolveu uma experiência de educação em outro período, com outros sujeitos, no entanto, algumas reflexões servem para a educação do campo hoje. Um elemento importante que nos trás é “no lugar de inúmeras escolas diferenciadas, uma escola organizada na forma de coletividade, capaz de combinar todas as diferenças com base nos direitos iguais no desenvolvimento cultural”. (LUEDEMANN 2002, p.279)

Essa é uma idéia fundamental, pois nos remete a uma outra dimensão a da organização escolar. Considerando que no município de Goioxim, são várias escolas nos assentamentos, mas com muitas dificuldades, estas podem se unir para lutar por uma escola que contemple tais necessidades. Então a nucleação, abre a possibilidade para uma nova forma de organização, que possam ter presente as questões da Educação do Campo, formulando um novo currículo e um novo Projeto Político Pedagógico (PPP) para as Escolas do Campo, no caso do município de Goioxim.

Haja visto que estas escolas que ainda são multiseriadas, com unidocência, e totalmente atreladas a Secretária Municipal de Educação, a escola “realiza seu trabalho educativo de conformidade com a filosofia da administração municipal e recebe toda a orientação da Secretaria Municipal de Educação do Goioxim” (Regimento Escolar, Esc. Sntª. Terezinha). Há possibilidade de organizar-se por ciclos de formação humana, com coletivos para discussão mesmo, ainda que continuasse uma ou duas educadoras por escola, se constituiria um espaço onde houvesse um processo de gestão coletiva, gerando a autonomia das escolas. “Quer dizer, a autonomia construída poderia trazer, em seu bojo para as escolas, a possibilidade de ausência de limites na construção de seus processos decisórios e/ou sua liberdade de opção. (SILVA, SCHWENDLER, 2005).



Tendo presente que a “autonomia somente existe na proporção em que ela acontece nas relações sociais e por este caminho ela é construída” (SILVA, SCHWENDLER, 2005). Isso também se aplica para a escola núcleo, aliás no núcleo esse trabalho fica facilitado pelo fato de educadores estarem juntos.

### **2.2.3- Relação Escola Comunidade**

Tomando como parâmetro as reflexões de Vendramini, Já citada anteriormente, ela nos coloca outro elemento fundamental para a construção da Escola do Campo na perspectiva da Educação do Campo, a relação entre escola e comunidade, considerando que a escola não é um espaço alheio a comunidade, ela está inserida num contexto, numa realidade diversa. E Na pedagogia do MST esta relação, também é considerada um fator determinante na educação, tendo em vista que, não podemos desconsiderar as relações sociais e a visão de mundo das crianças, nem tampouco desconsiderar que a educação tem finalidade da transformação da realidade. Por isso, precisa estar cotidianamente ligada aos sujeitos que constroem essa realidade, pais e comunidade em geral.

Remetendo-nos a Escola Santa Terezinha, não podemos dizer que esta relação não existe, ela existe, mas não da forma como almeja a Educação do Campo, onde os pais e comunidade participem ajudando a construir como vai funcionar a escola. Neste espaço os pais participam do conselho escolar, mas não se consegue uma sintonia entre pais e educadoras. Um fato que nos mostra claramente, isto é que em torneio de futebol realizado com fins de comprar uma TV para escola, os professores não compareceram para ajudar, foi feito somente pelos famílias. O que demonstra a falta de coletivismo nas ações, talvez isso se de ao fato de as pessoas (pais, mães e professoras) não perceberem a escola como um espaço da sua própria vida e não atribuírem a ela o seu devido valor, a escola ainda não consegue projetar a vida das pessoas e por isso perde espaço na comunidade, outras coisas se tornam mais significativas.

As famílias contribuem na parte financeira, no sustento da escola, fica faltando, a parte de organização, de proposição, de dizer de fato a escola que querem para os seus filhos é essa e deve trabalhar por este caminho. Só no

momento que os pais perceberam a escola, não somente como lugar onde os filhos aprender a ler, calcular e escrever, mas também um lugar onde eles possam a projetar sua vida é que verdadeiramente estarão estabelecendo a relação escola comunidade na dimensão mais ampla. E isso só vai acontecer quando a escola sair da sua redoma e começar a perceber os problemas sociais concretos, e mais do que percebê-los, trabalhar para a sua superação. Isto está diretamente ligado a um projeto de desenvolvimento, pois a educação por si só não supera os problemas sociais, mas pode contribuir para a superação destes, à medida que tem o suporte de um projeto de desenvolvimento social e o apoio e participação da comunidade local e da comunidade mais ampla, o município por exemplo.

Sendo assim reafirmamos que a participação da comunidade não pode reduzir-se a atividades pontuais, ela deve ser processual e não eventual e não somente dos pais e educadores mas da comunidade em geral, articulada um projeto que seja sustentável do ponto de vista das políticas públicas, nas várias dimensões do desenvolvimento que mobilizam as famílias.

#### **2.2.4 Ensino Básico e a Nucleação**

Outra questão a ser considerada ao pensar nas escolas do campo é o que acontece nas Escolas do Goioxim em geral e da Escola Santa Terezinha referente a oferta do Ensino fundamental. Nestas escolas é ofertado somente o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Nesta realidade as razões disso se devem ao número reduzido de educandos, pois com êxodo rural principalmente dos jovens, gera-se o esvaziamento das comunidades que se tornam cada vez mais, de pessoas “velhas” e isso reflete diretamente na educação. Percebemos isso nas falas “é, na nossa comunidade só vai ficar os “veio” aposentado, porque os jovens não têm condições, vão todos embora.” (S, assentada, registro em diário de campo). “Na minha escola não tem jeito, porque estou com cinco alunos e não tem mais nenhuma criança para entrar na escola”. (O, registro. em diário de campo).

Tendo em vista o número reduzido de educandos a oferta do Ensino Fundamental completo em todas as comunidades se torna praticamente impossível,

pois temos escolas como a Santa Terezinha com um total de dezoito educandos, nas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental.

Neste caso a nucleação pode ser uma forma de pleitear Ensino Fundamental completo no interior dos assentamentos. Isto por um lado, mas por outro lado quando olhamos para o número de escolas a serem desativadas, dezesseis escolas, Indagamos-nos: essa é a melhor forma de proceder? E diante dessa indagação chegamos a algumas conclusões é menos impactante se manter as escolas, para a educação infantil e primeiro segmento do ensino fundamental, nas comunidades. Isto evitará a perda da escola pela comunidade e tudo o que ela simboliza.

Além disso, proporcionará acesso ao direito garantido no Estatuto da Criança e Adolescente no artigo 53, de ter escola próximo de casa. Pois é de conhecimento local que o núcleo escolar vai ficar distante de algumas comunidades cerca de dez quilômetros. E segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) a educação infantil é para o público de crianças de zero a seis anos. Com a nucleação esse direito fica quase inviabilizado, pois como uma mãe de um bebê de um ano, por exemplo, vai enviá-lo a escola de ônibus, percorrendo um percurso tão longo. A educação infantil, assim como o primeiro segmento do ensino fundamental deve ser ofertada nas comunidades, é direito garantido e a comunidade é o espaço de referência da criança, é nele que ela deve permanecer pelo menos nos primeiros anos de sua escolarização.

Devemos considerar ainda que a nucleação para o ensino dessa fase em diante, faz parte de um processo de resistência onde, lutar para ter escolas com o segundo segmento do Ensino Fundamental e quem sabe Ensino Médio no interior dos assentamentos, é uma saída para evitar que os adolescentes tenham que ir para a cidade entrando em contato cotidianamente com as suas mazelas, como o álcool, a prostituição, ou trocarem as aulas pelas ruas, coisa que acontece mesmo em cidades interioranas como Goioxim.

Mais do que isso, inseridos no assentamento, os educandos podem projetar e concretizar os seus projetos de vida dentro do seu espaço de referência, e vinculados a comunidade executar um plano desenvolvimento, que possibilite a melhoria na vida de todos. É importante considerar que todos os assentamentos tem esse plano construído e muitos jovens desconhecem. Isso evitara muitas saídas do campo e contribuiria para fazer do campo um lugar melhor de se viver.

Já que a educação de 1ª a 4ª é ofertada pelo município e o restante pelo estado, isto não traria grandes implicações para os sistemas educacionais.

A nucleação no interior dos assentamentos ainda traz outros benefícios para a comunidade em geral e para os educandos. Como as estruturas com a quadra esportiva, biblioteca e sala de informática que pode ser utilizada por toda a comunidade. Por exemplo a quadra de esporte construída no processo de nucleação, já está sendo utilizada pelos jovens do assentamento que estão achando muito bom! Apresenta-se como mais uma alternativa de lazer, num espaço em que se tem muito poucas opções.

Por fim, confirmamos que a nucleação poder ser uma alternativa de escola do campo, desde que seja uma discussão feita pela comunidade, juntamente com os professores e demais envolvidos na educação. Que ela não represente uma perda para a comunidade, mas uma conquista de direito. Que esteja vinculado a um projeto desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Aprendizagem é a nossa própria vida,  
desde a juventude até a velhice,  
de fato quase até a morte;  
ninguém passa dez horas sem nada aprender”.*

(PARACELSO)

Esse trabalho me fez pensar sobre a minha própria prática educativa. Sobre as questões da educação e principalmente sobre a nucleação, sobre as respostas que uma pesquisa pode ou não nos dar. Quando me desafiei a pesquisar tinha uma pergunta: a nucleação contribui para a Educação do Campo? Ao concluir este trabalho tenho duas grandes convicções:

1- A nucleação para o segundo segmento do Ensino fundamental é inevitável, dadas as condições atuais porém, ela pode ajudar a Educação do Campo avançar na medida em que:

- Os educandos não precisam mais sair do campo para estudar.
- Os educadores passam a constituir um coletivo de educadores para avançar na prática educativa.
- Se organize de uma nova forma de na gestão da escola, possibilitando uma gestão democrática, que facilitará o trabalho de formação de educadores. Possibilitará garantir que se desenvolva a pedagogia dos movimentos sociais.
- Possibilite a formação continuada de educadores na perspectiva da Educação do Campo

Devemos ter presente que a nucleação, por si não representa muito, se não considerarmos o que trabalhamos no capítulo dois, referente à formação de educadores, articulação comunidade e escola, uma nova organização curricular, tendo presente que o trabalho deve ser articulado a um projeto de desenvolvimento

social, econômico e cultural. Neste município dadas as condições atuais é muito difícil a Educação Campo avançar sem esses pontos serem trabalhados.

2- Reiteramos que as escolas de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup>, devem permanecer nas comunidades para garantir o direito ao acesso de escola próxima de casa, e o espaço de referência das crianças, e possibilitar o estreitamento da relação escola comunidade, buscando conquistar o direito da Educação Infantil.

Encerro este trabalho com a sensação de que ele deve ser aprofundado, certamente novos pontos a serem refletidos se acrescentarão a estes que abordamos, na medida em que a nucleação for se concretizando. Por tentar abordar as questões que me pareciam essenciais à Educação do Campo, parei sobre várias faces da nucleação, e talvez por momentos tenha ficado superficial, mas era um trabalho necessário. O desafio continua, e a busca pelo que almejamos e acreditamos na nossa vida deve ser uma constante. Tendo presente isso, certamente novas práticas acontecerão e novos estudos na linha da Educação do Campo, virão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pensado a Pesquisa Participante**. 3 ed. Brasiliense, 1987.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e Retrocessos na Educação Rural no Brasil**. Campinas, SP [s.n], 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra** Escola é mais do que escola na.... 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. Luziânia. 2007. Texto preparado como roteiro de exposição para o III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), 2 a 5 de outubro de 2007.

CD, CANTARES DA EDUCAÇÃO, gravado no New Studio.

CNE/CEB nº 1 Resolução. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, abril de 2002.

DUARTE, Valdir P. **Escolas Públicas no Campo: problemática e perspectivas: um estudo a partir do projeto vida na roça**. Francisco Beltrão, PR, 2003

Lei nº 8064, **ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**, de 13 de julho de 1990.

GHEDINI, Cecília Maria. **A formação de Educadores do Campo**-um estudo a partir da "I turma do curso de Pedagogia da Terra da Via Campesina/Brasil

GRITTI, Maria Silvana. **Educação rural e capitalismo**. Passo Fundo, Ed UPF, 2003.

KOLLING E J., CERIOLI P. R., CALDART, R. S. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: articulação Nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção por uma educação do campo.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meira S. Azevedo. (orgs) **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília. Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

MÉSZÁROS, Istaván. **Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro. vozes 1984.

**LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, textos legais complementares, Universidade de Passo Fundo (UPF), 2003.

VENRAMINI, Célia R.. **Terra Trabalho e Educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000.

SEED-Pr, **CADERNOS TEMÁTICOS**: Educação do Campo/Paraná. Secretaria do Estado de Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino fundamental. Curitiba, 2005.



## Anexos

### Anexo 1



Imagem de forno queimando, Goioxim, janeiro de 2008

**Anexo II**

Horta, nela podemos perceber a baixa produtividade do solo, Goioxim, janeiro de 2008.

### Anexo III



Forno uma constante neste cenário, e ao fundo a plantação de milho que tem dificuldade em se desenvolver.

**Anexo IV**

Estrutura da Escola Rural Municipal Santa Terezinha

## Anexo V



Imagens das crianças na comunidade em novembro de 2007, destas duas mães e três crianças foram para Santa Catarina, mas podemos perceber a demanda por educação infantil, na comunidade.